

## A Competição em Nietzsche ou o *Agôn* das Ideias

NIETZSCHE, F. – *A Competição em Nietzsche (Seleção de textos de Nietzsche sobre [o] agôn)*, Introdução, tradução e notas de Rafael Gomes Filipe (Lisboa: Vega, 2004).

Num dos seus escritos, creio que num dos recolhidos por Kauffmann, não me lembro onde, Nietzsche advertia para os perigos da *interpretação da interpretação* estendida ao infinito e para os não menores riscos da imersão na insuportável beleza da grande música, audácias que, uma e outra, seriam vias certas para a loucura. Quem tenha experimentado um destes exercícios e prazeres (ou ambos) prontamente reconhecerá que já pressentiu a iminência dessa passagem de um mundo a outro – de cruciante, deleitosa e rarefeita elevação que pode, por excesso, não apenas tanger mas quebrar definitivamente as cordas da alma.

Nietzsche, o excessivo, foi persistente e impiedoso caminheiro dos trilhos contra os quais ele próprio preveniu – amando tanto a música como o seu equivalente na tensão interpretativa – e foi encontrado, louco, a chorar, abraçado ao pescoço de um cavalo, na Turim de 1889. Em demência morreu, onze anos depois, paralisado pela sífilis, no limiar do século que lhe viria a atribuir lugar cimeiro no panteão dos deuses e demónios do pensamento ocidental.

Ora, se Nietzsche foi achado abraçado ao pescoço de um cavalo, muitos foram, depois, os abraçados ao pescoço de Nietzsche, não para o protegerem como a um animal ferido, mas não raro para o sufocarem na violência das apropriações ideológicas ou nas volúpias daquelas especulações filosofantes que, ébrias de si mesmas, tantas vezes passam por inteligência. Nietzsche foi, assim, adoptado e estreitado por toda a sorte de correntes, disciplinas e ideologias (da extrema direita à extrema esquerda) com a mesma letal veneração. O desmazelo intelectual, associado ou não ao oportunismo e à má-fé,

tem feito o seu caminho e continuará, sem dúvida, a fazê-lo, mascarado de originalidade interpretativa, como é próprio das humanas fraquezas de espírito e das não menos humanas dificuldades em avaliar essas fraquezas pelo que são.

Fica o Leitor prevenido e sossegado: para este género de exercícios, não contará com a inteligência, saber e bom gosto de Rafael Gomes Filipe, apresentador, tradutor e anotador deste livrinho, incluído na interessantíssima colecção «Passagens», que José Bragança de Miranda dirige, na Editorial Vega. Com efeito, as contribuições de Gomes Filipe para o volume têm qualidades invulgares, no espírito, na forma e na substância. Em primeiro lugar, não se trata aqui, como vem sendo comum, de uma *reinvenção* de Nietzsche, mas, antes, de uma tentativa de séria restituição, que procura devolver vigores, mas sem ocultar faltas e debilidades – que, a meu ver, são muitas. Nietzsche é apresentado e discutido nos termos do próprio Nietzsche, ou melhor, em termos que tornam útil a apreciação do seu pensamento e especificamente do seu pensamento sobre o *agôn*, que é o objecto da publicação e que a torna directamente relevante para o campo do pensamento político. Como lembra Trindade Santos, citado por Gomes Filipe, a primeira palavra da literatura ocidental é a *cólera* com que abre a *Iliada* do divino Homero.

Por outro lado, todo o exercício é feito num estilo elegante e preciso, que não pode deixar de tocar o mais exigente dos leitores. Gomes Filipe tem o bom senso – e o bom gosto – de não se substituir aos autores que cita, quando constata que não pode (ou não quer) dizer melhor. Recupera, assim, não apenas timbres mas pensamentos na sua forma original, que

harmoniosamente casa com as suas próprias voltas estilísticas. Peca talvez por presumir de mais do Leitor, dado que, se traduz os autores alemães, cita os restantes directamente do inglês, do francês, do espanhol, no corpo do texto e nas notas – o que os pode tornar ocasionalmente opacos para quem não conheça uma ou nenhuma dessas línguas. Por fim, grande é a cruz de qualquer tradutor de Nietzsche, o filólogo, mas Gomes Filipe transporta-a no seu texto com a (aparente) facilidade de um escritor que, sendo fiel, o é por conta própria, tornando fluentes e naturais as mais engenhosas soluções.

Se, para Nietzsche, o mundo Grego pós-homérico é a epítome da perfeição política e social – em contraste com o mundo do homem moderno – a chave-mestra desse mundo que admira e exalta é o *agôn*, cujo cerne é o ódio ao despotismo. O *agôn* ou competição tem por mola o rancor, o ressentimento, a inveja, que cada indivíduo experimenta quando confrontado com a excelência de outrem, que procura emular e superar. Está na base da formação dos jovens, mas também da actividade dos educadores, que competem entre si pela glória de ser os melhores. Esta atmosfera de concorrência e conflito, segundo Nietzsche, é vista pelos Gregos pós-homéricos como benéfica e louvável, por ser motor do aperfeiçoamento pessoal e social. Do aperfeiçoamento pessoal, na medida em que leva cada indivíduo, movido pela inveja, a igualar ou suplantar o seu melhor. Do aperfeiçoamento social, porque essa luta pela glória só leva ao triunfo, quando este é definido pelo próprio indivíduo como um triunfo social, ou seja, como um acréscimo à glória da comunidade onde vive, a sua cidade, o seu estado. De resto, os próprios estados são movidos pelo *agôn*, na emulação que estabelecem entre si, como quando Atenas e Esparta competiram (e se bateram) pela hegemonia política e pelas suas visões do Mundo.

O homem moderno, pensava Nietzsche, só consegue conceber essa competição permanente como sendo fracturante e disfuncional, maligna, porque não entende quer os seus limites, quer o seu

potencial auto-regulador. Tais limites derivam do sentido de serviço de que depende o próprio conceito de glória para os Gregos: ou seja, a excelência só é reconhecida como tal, na medida em que beneficia o todo da comunidade, a partir dos feitos individuais que a realizam. O potencial auto-regulador do *agôn* é uma consequência intrínseca da própria necessidade e virtude da competição: o homem genial só pode existir na sociedade grega se for possível contrapor-lhe outro ou outros homens geniais. Se for de tal maneira excepcional, que se eleve para lá das capacidades competitivas de todos os restantes, não é tolerado na sociedade grega, para quem isso significaria a debilitação do *agôn*, a alma dinâmica da própria pólis. Espera-o a desgraça, sob a forma de ostracismo social, que actua assim como regulador e estimulante da competição perene; ou, não havendo motivo cívico de exclusão, espera-o a inveja e a ira dos deuses, de que se tornou par e que o induzem à *hýbris*, a comportamentos ignominiosos, que acabam por o levar à sua perda. A queda é sempre inevitável, porque o *agôn*, se admite e visa o super-homem, prescreve-o necessariamente no plural.

O mesmo se aplica ao Estado, que floresce do *agôn* e que dele perece, como sucedeu a Atenas ou Esparta, sempre que se distancia tanto dos outros, em poder e fama, que torna a competição impossível; também ele incorrerá em actos de *hýbris* que o levarão inexoravelmente a degenerar e decair, em virtude do mesmo mecanismo que, antes, o alcandorara aos píncaros da glória.

Uma das chaves do pensamento de Nietzsche é precisamente este papel auto-regulador, e só aparentemente paradoxal, do *agôn*: a inveja e o rancor são vistos como mola da competição, de que depende o aperfeiçoamento, individual, social e político, e, consequentemente, como sentimentos que servem o Bem Comum; mas o excesso, singular ou colectivo, desta peculiar virtude contribui para anular o seu recto efeito e é inevitavelmente punido, ou pela mão da polis ou pelo ressentimento dos deuses. O *agôn* preserva-se a si mesmo, evitando que a possibilidade

de emulação feneça e com ela o motor do aperfeiçoamento individual, e impedindo, no plano político, o estabelecimento de autocracias, no seio dos estados, ou da hegemonia absoluta de um estado, no seio da comunidade internacional.

Em suma, todo o excesso de afirmação, individual ou colectivo, é disfuncional para o *agôn*, que pode tê-lo originalmente suscitado, mas que contém o mecanismo da sua regulação, eliminando-o ou reconduzindo-o a limiares compatíveis com a sua própria existência – ou seja, com a existência da competição, sem a qual nem indivíduos nem sociedades se sentiriam estimulados a aperfeiçoar-se e a progredir. Daí que Nietzsche pinte o mundo pré-homérico, em que (segundo ele) o *agôn* ainda não florescera como valor central da vida e da ética gregas, como um período de desregrada barbárie, caracterizada pelo ódio sem freio, pela crueldade sem limites, e por inomináveis guerras de extermínio. Daí, também, que acuse o homem moderno (incluindo os eruditos) de se ter mostrado incapaz de compreender as virtudes do *agôn*, transformando-as em vícios sociais, que procura suprimir: – a inveja, o ressentimento, a competição, numa palavra, a luta, são vistos como valores negativos, a reprimir na educação dos jovens e a temer e evitar, em todas as esferas da vida, pública e privada. E daí, finalmente, que Nietzsche fustigue a mediania contente, a falta de chama e de grandeza das sociedades modernas, e dos crepusculares indivíduos que as habitam. A excepção à regra seriam os Jesuítas, cujo sistema de educação, selecção e reconhecimento do mérito, se basearia no critério agonístico dos Helenos, obtendo, em contrapartida, admiráveis resultados formativos. Nietzsche distingue-se, assim, no século XIX, como um dos poucos pensadores maiores (Comte foi outro, por bem diversos motivos) a manifestar estima pelos continuadores de Loyola e pelo respectivo merecimento, enquanto agentes de cultura, apuro, e progresso social.

Nietzsche é, evidentemente, um apóstolo de aristocracias forjadas na luta pela glória, entendida

como distinção dos actos, mas também como serviço à comunidade – e, de facto, à própria essência da Humanidade, na sua expressão mais sublime. O super-homem, forjado na luta e na competição, só é desejável (e viável) se houver outros como ele, para manter fúlgida a chama do *agôn*, que originariamente os incendiou, ou se contribuir, contra todos os riscos e obstáculos, para a construção de uma nova ordem onde pares seus possam florescer e afirmar-se, numa competição que valha a vida, por ser verdadeiramente digna do Homem – digna dele, digna de todos.

Nesta interpretação, Nietzsche não é um amante de despotismos esclarecidos ou de autocracias iluminadas, radicalmente incompatíveis com a sua vista do papel central do *agôn*, mas é claramente um inimigo das democracias modernas tal como as percepcionava, como sistemas favorecedores da igualdade forçada, da mediania apurada por baixo, supressores dos instintos agonísticos – essenciais para a obtenção do belo, do bom e do justo, tal como os concebe (ou, melhor, os inventa) à escala grega; protótipo de grandeza e perfeição só ultrapassável nos seus próprios termos, ou seja, só ultrapassável pelo mesmo mecanismo que originariamente o criou: o próprio *agôn*, aplicado como remédio para a (de outro modo, irremediável, contente) mediocridade, que o homem moderno molemente erigiu em ideal.

Parece assim particularmente apropriado que Rafael Gomes Filipe tivesse decidido acabar a sua introdução com um capítulo dedicado à apropriação recente de Nietzsche pelos neoliberais, que lhe parece (justa) e completamente absurda. Subscreve, assim, o que Ottman gostaria que fosse: Nietzsche não se presta a ser um clássico de serviço – como se não fizesse parte da definição do que é um clássico precisamente a circunstância de estar sempre de serviço ao pensamento de todas as épocas e, em cada uma destas, ao das facções que pretendam usá-lo em seu favor. É precisamente o prestígio de se ser Clássico que, não paradoxalmente, leva a estes usos e abusos. Vai com o estatuto... Nenhum movimento se interessaria em fazer seu um zé-ninguém do

pensamento, mas todos pretendem a caução e o enfeite do génio – mesmo se for preciso matá-los, ao homem e à centelha, para que se tornem úteis... É o que compridamente têm feito os neoliberais de hoje, como o fizeram os nazis, os conservadores, os marxistas, os sociais-democratas, e outros, que os acompanham ou antecederam, na apropriação de Nietzsche. Todos com razão e todos sem ela – porque, nesses terrenos, Nietzsche não existe, bastando o prestígio que dele se cobra: o nome e o cantor, não a canção.

Rafael Gomes Filipe certamente não o ignora e a sua rejeição nem por isso é vã ou contraditória ou redundante: faz sempre bem, no kantiano *Kampfplatz* das ideias, ou no *agôn* das ideologias, ouvir repetidas as vozes da razão. Pensar é um combate e, para um nietzschiano é perfeitamente legítimo que seja, também, uma luta! Mal ficaria ao perspicaz comentador não partilhar dela, neste privilegiado lugar. Honra lhe seja e à extrema qualidade do seu excelente trabalho. O que é dito, em boa consciência, por alguém a quem Nietzsche, salvo o estilista do verbo e do pensamento, mais repele do que atrai...

João Bettencourt da Câmara  
U.L.H.T. - I.S.C.S.P.